



**Capes**

**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**

**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

## **Introdução**

A comissão de avaliação da Área de Saúde Coletiva esteve reunida em Brasília, entre 5 e 9 de dezembro de 2005, para a avaliação continuada dos programas de pós-graduação, com relação às atividades de 2004, e julgamento de novas propostas de cursos de Mestrado Profissional. A comissão, como já tradicional na área, foi formada seguindo vários critérios: qualificação (priorizando pesquisadores nível 1 do CNPq), representação dos cursos consolidados (mas também incluindo representante de curso com conceito 3), representatividade geográfica e dos diversos campos que compõem a área. Os membros da comissão foram:

- Aluísio Jardim Dornellas de Barros – UFPEL – representante
- Maria de Fátima Pessoa Militão de Albuquerque – UFPE – representante adjunta
- João Henrique Gurtler Scatena – UFMT
- José Alfredo Gomes Arêas – FSP / USP
- José Eluf Neto – FMUSP
- Kenneth Rochel de Camargo – UERJ
- Luiz Roberto Ramos – UNIFESP
- Maria Fernanda Lima e Costa – UFMG
- Maria Inês Schmidt – UFRGS
- Ricardo Ventura Santos – ENSP / FIOCRUZ
- Ronir Raggio Luiz – UFRJ



**Capes**

**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**

**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

A sistemática de trabalho da comissão foi semelhante à de anos anteriores. Inicialmente, houve uma discussão detalhada dos critérios de avaliação e identificação das tabelas relevantes nos cadernos disponibilizados pela Capes. Vários problemas foram identificados, relatados em outra seção. A seguir, os programas foram avaliados individualmente, sendo elaborado um parecer preliminar. Um segundo membro do comitê revisou o parecer de cada um dos programas, após o que a avaliação foi levada a uma sessão plenária. Nessa sessão o responsável pela análise de cada programa relatou sua avaliação, que foi discutida com o grupo, de forma a se chegar à versão final do texto.

Ao final dos trabalhos, foi feita uma avaliação do processo, que culminou com a elaboração deste documento, que apresenta uma visão geral da avaliação e da situação atual da área e tendência, um relato das dificuldades encontradas e sugestões aos programas e à Capes para o aperfeiçoamento do processo de avaliação.

### **Situação atual e tendências**

A área de Saúde Coletiva contou com 29 programas de pós-graduação neste ciclo de avaliação continuada. Destes, 11 (38%) oferecem curso de doutorado, 6 (21%) oferecem mestrado profissional, sendo 2 desses exclusivamente profissionais. A distribuição dos programas segundo conceito mostra 16 (55%) programas 3, 5 (17%) programas 4, 5 (17%) programas 5 e 3 (10%) programas 6. O número mediano de docentes permanentes nos programas é 12, havendo 7 (24%) programas com menos de 10 docentes permanentes, número mínimo exigido pela Grande Área de Saúde para a abertura de cursos novos pelos critérios atuais. Dois programas, ENSP e FSP/USP, destacam-se, com 82 e 78 docentes permanentes, respectivamente.

A visão do conjunto dos programas de pós-graduação mostra uma área consolidada e representada em quase todo o país. Embora com evidente concentração no sudeste, há programas em todas as regiões, menos na região Norte. A atuação dos programas junto a secretarias estaduais e municipais de saúde e, em especial, junto ao Ministério da Saúde,



**Capes**  
**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**  
**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

mostra sua capacidade de responder a demandas de gestores e formuladores de políticas. Há ainda extensiva colaboração com instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, assim como fica evidente a capacidade de captação de recursos das mais prestigiosas agências de fomento do Brasil e do exterior.

Observou-se na avaliação do primeiro ano do triênio uma evolução positiva dos programas da área. Dos 16 programas com conceito 3, quatro deles apresentaram evidente progresso. Notou-se que, em diversos casos, os comentários e sugestões apresentados na avaliação trienal de 2004 levaram a mudanças e redirecionamentos bastante positivos para os programas.

Entre os programas mais bem avaliados, a riqueza do ponto de vista de formação de recursos humanos e de execução de projetos de pesquisa é evidente. A comissão não pode deixar de registrar o aumento do apoio oferecido pelas agências de fomento nacionais à pesquisa no país, com relevante incremento da integração entre Capes, Ministério da Saúde, CNPq e Finep. O período é curto para uma avaliação mais firme sobre a produção científica dentro dos parâmetros de avaliação da Capes. Ainda assim, a qualidade dos veículos e o volume da produção são bastante encorajadores. Contudo, há evidências de que alguns programas, apesar de seu grande potencial, concentram demasiadamente sua produção em veículos ligados à própria instituição. Embora não se esteja negando a importância e a qualidade desses periódicos, é desejável que haja uma maior dispersão da produção dos programas já consolidados para incluir veículos estrangeiros e de alto impacto.

Curiosamente, encontra-se uma dificuldade crônica de alguns programas no sentido de apresentar de forma consistente e articulada as suas atividades organizadas em áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. Apesar das renovadas discussões sobre o tema em reuniões do Fórum de Coordenadores e da disponibilização de texto de apoio, problemas continuam evidentes. A comissão também sentiu falta, no conjunto dos relatórios, de uma apresentação clara e completa da grade curricular, especificando cursos



**Capes**

**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**

**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

obrigatórios, optativos, assim como o processo de avaliação intermediária dos alunos (defesa de projeto, qualificação, etc.).

Com relação a cursos novos, a área tem recebido uma grande demanda, tanto de cursos acadêmicos como de mestrado profissional. Infelizmente, poucos têm sido aprovados. Majoritariamente, as propostas pecam por incluir no corpo docente um conjunto de pesquisadores que, evidentemente, não atuam na área de Saúde Coletiva ou não têm trajetória pregressa como um grupo articulado. Tipicamente a produção de cada docente é em sua área de origem, sendo raros os produtos que se possam colocar como centrais na Saúde Coletiva. Os projetos de pesquisa na área não apresentam produção, nem financiamento, evidenciando seu início recente e falta de competitividade. Outros problemas comuns são a baixa produtividade do corpo docente e a múltipla atuação dos docentes em cursos já existentes ou em outros cursos propostos no mesmo edital.

### **Cursos novos de mestrado profissional**

Foram apresentadas 10 propostas no edital aberto exclusivamente para cursos de mestrado profissional (MP). A grande maioria das propostas se configurou muito distante da Saúde Coletiva, dentro do panorama traçado acima.

Especificamente em relação às propostas de MP, observou-se a falta de associação com programas de mestrado acadêmico, em evidente inconformidade com os critérios da área. Os objetivos e clientela dos programas tenderam a ser muito gerais, fugindo da idéia do MP que envolve o oferecimento de cursos de formação profissional para uma clientela bem definida e objetivando um treinamento específico. Tipicamente, um MP estará associado a uma demanda institucional, o que não se observou na maioria das novas propostas.

A comissão de área gostaria de afirmar de forma enfática que um MP não se configura como um programa acadêmico, apenas com exigências menores de titulação e produção científica. Por outro lado, reconhece que os critérios disponibilizados carecem de algumas



**Capes**

**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**

**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

informações importantes que podem ter estimulado propostas inadequadas. Os critérios deverão ser cuidadosamente revistos para um futuro edital de MP.

### **Dificuldades encontradas pela comissão**

O processo de avaliação dos programas de pós-graduação é complexo e de enorme responsabilidade. A comissão de área passou por uma grande renovação houve necessidade de um investimento inicial de tempo no estudo cuidadoso do material disponibilizado: fichas, cadernos e critérios de avaliação. Vencida a falta inicial de familiaridade com o processo, o grupo deparou-se com outras dificuldades. De maneira mais geral, o desencontro entre os dados coletados e os necessários para a adequada avaliação dos itens constantes na ficha foi o maior problema. Entende-se que houve um descompasso entre a mudança do programa de coleta e a implementação da nova ficha de avaliação, que levou a diversas situações em que foi impossível pontuar itens. Como atenuante, a não necessidade de atribuição de conceito aos programas evitou qualquer prejuízo a estes.

Listamos a seguir diversas informações que não constaram dos cadernos de avaliação, ou mesmo do programa de coleta e por consequência não estavam disponíveis para a comissão de área:

- Informações sobre o corpo docente: carga horária, vínculo (RJU, CLT, bolsa, etc.), participação em outros programas, produção científica individualizada. Sentiu-se falta do antigo caderno do corpo docente que continha várias dessas informações.
- A relação entre o número de docentes permanentes em tempo integral com vínculo funcional e o número total de docentes permanentes – um dos critérios atuais da grande área, que substituiu o critério de relação docente NRD6 / total.
- Informações sobre fonte de financiamento e valor de auxílio financeiro para os projetos de pesquisa.
- Docente responsável pelas disciplinas e oferecimento no ano-base.



**Capes**

**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**

**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

- Tabela com tipo e quantidade de produção acadêmica para os alunos da pós-graduação. Atualmente esta produção é apresentada conjuntamente para alunos de pós e de graduação.
- Produção bibliográfica de egressos do programa apresentada de forma completa e separada do restante da produção. Sugere-se que toda a produção ligada às monografias concluídas nos dois anos anteriores ao ano-base seja identificada.
- Finalmente, sugere-se incluir entre os indicadores o tempo médio de permanência do alunado (em atividade), visto que a média do tempo de titulação leva em conta apenas os alunos que concluíram no período.

Em relação aos cursos novos de MP, a comissão teve alguma dificuldade em função de os critérios se apresentarem superficiais em alguns aspectos. Estes devem ser revisados e detalhados, assim como devem contemplar todos os itens da ficha de recomendação. Em especial, os critérios da área não incluem número mínimo de docentes e modo de financiamento do programa proposto. Achamos que também é importante que se exija uma definição do produto final, assim como seja limitada a entrada de dados de produção aos últimos 3 anos.

## **Sugestões aos programas**

A comissão de avaliação, como forma de auxiliar os programas em relação à melhoria do preenchimento do relatório e assim facilitar a avaliação e otimizar os conceitos, apresenta as seguintes sugestões:

- Coordenadores deveriam dedicar algum tempo no sentido de se familiarizar com a ficha de avaliação e também consultar os relatórios de programas com conceito mais alto (disponíveis no site da Capes), de forma a garantir que as informações necessárias à avaliação estejam incluídas no relatório.
- Incluir, nos quadros de informação aberta pertinentes, informações sobre:
  - financiamento de projetos (fonte e valor);



**Capes**

**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**

**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

- projetos colaborativos e interinstitucionais;
  - grade curricular, em especial dados sobre a flexibilidade do currículo e mecanismos intermediários de avaliação;
  - produção bibliográfica de egressos;
  - participação do corpo docente em atividades como consultorias, corpo editorial de revistas, etc.;
  - intercâmbio do corpo docente.
- Tratar o processo de avaliação (consolidado na ficha de avaliação) como um diálogo com a comissão de avaliação, não deixando de, nos relatórios posteriores, responder às sugestões e críticas apresentadas, assim como destacar mudanças importantes, perspectivas de curto e médio prazo, etc.

## **Sugestões à Capes**

Uma série de dificuldades e sugestões já foi apresentada na seção “Dificuldades encontradas...”. A comissão gostaria de destacar a importância de haver uma estreita correspondência entre os dados coletados dos programas, a ficha de avaliação e os cadernos com informações e indicadores disponibilizados à comissão. A avaliação deste ano, em função da mudança da coleta de dados sem a atualização da ficha de avaliação, encontrou dificuldades adicionais à já antiga falta de conexão entre os indicadores presentes nos cadernos e os critérios de avaliação definidos pela área de Saúde Coletiva.

Assim, a comissão sugere enfaticamente que seja encaminhado, no âmbito da Capes, um processo completo envolvendo a finalização da nova ficha de avaliação, a necessária revisão dos critérios e o completo redesenho dos cadernos de avaliação. A realização desse ciclo levará a dois resultados imediatos e desejáveis: agilizar consideravelmente o processo de avaliação e reduzir de forma substancial o risco de equívocos provenientes da inexistência de muitos indicadores nos cadernos atuais (que precisam ser obtidos “manualmente” pelos membros da comissão).



**Capes**  
**Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2005 Ano Base 2004**  
**Área de Avaliação: SAÚDE COLETIVA**

Sugerimos também que sejam feitos investimentos no sentido da melhoria do espaço físico disponibilizado para as comissões, assim como o incremento do apoio de secretaria (realização de cópias, esclarecimento de dúvidas, refeições no local, etc.).

Finalmente, foi opinião unânime da comissão que a mudança de critérios de avaliação com o triênio já em curso é indesejável e potencialmente injusta para os programas de pós-graduação. Em meados de 2005 houve um aumento de exigência nos critérios de produção científica, num momento em que já não havia mais possibilidades de mudanças substanciais no perfil de produção tendo em vista o longo tempo necessário entre a submissão de um artigo e sua aceitação e publicação. Em que pese o contrabalanço desse aumento da exigência pela melhor qualificação de algumas revistas da área, a comissão entende que as mudanças nos critérios deveriam ser discutidas, definidas e fartamente divulgadas antes do início do triênio, como ocorre de regra na maioria das situações de avaliação ou competição.